



Jorge Nandin de Carvalho

Presidente da direcção da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores (APPC)

Em apuros...

Como a seleção com pré-qualificação é evitada pelos clientes, devido à “suposta” morosidade que impõe ao processo de contratação, e como a atividade de projeto e fiscalização de obras não é regulada, ao contrário, por exemplo, das empreitadas, é urgente proceder à qualificação das empresas em função das capacidades demonstradas e da sua dimensão, eventualmente através da reabilitação da qualificação da Marca de Qualidade LNEC, ainda que só para os processos de concurso nacionais

A atividade de projeto e fiscalização de obras em Portugal está a atingir níveis de regressão muito preocupantes. Nas redes sociais e nalguns fóruns de carácter mais técnico fala-se na imensa descida dos preços, que chega a atingir, percentualmente relativamente ao valor da obra, metade do que se

praticava na década de 80. Acresce a incongruência atualmente existente entre o valor cobrado (cerca do dobro) pela empresa que vende uma obra e por aqueles que a conceberam, e dos efeitos que esta situação acarreta para a qualidade do parque habitacional (designadamente comenta-se a qualidade da resistência estrutural sísmica).

De facto, o número de empresas que se dedicam à atividade de consultoria de arquitetura e engenharia aumenta exponencialmente, algumas delas com gestão muito pouco profissional, sendo que os preços descem na razão inversa e os clientes aproveitam-se da situação, sem terem bem a noção das respetivas consequências. Existe um ditado popular bem conhecido que refere que “quando a esmola é muita o pobre desconfia”, mas...os clientes, designadamente

públicos, que deviam preservar a qualidade dos serviços, passam por cima do assunto convencidos que ao comprarem aguerridamente ao mais baixo preço, compram bem. Se tivessem noção do que vai para aí de imaginação em engenharia contabilística, para não falar de outras práticas pouco éticas, te-

mos a certeza de que ponderavam mais a qualidade dos serviços e a sustentabilidade das empresas que os fornecem.

Para a situação em que estamos contribuem muito as práticas de gestão pública econométrica e de visão tesoureira imediatista que a empresa pública Infraestruturas de Portugal (IP) - que desde a fusão da Estradas de Portugal com a Refer se tornou quase um “mono cliente” para o sector da Engenharia e Construção - vem adotando. De facto, mercê dos condicionalismos que lhe são impostos pelas suas diversas tutelas, a IP tem vindo sistematicamente a conduzir, quer os concursos públicos, quer a execução dos contratos, numa forma que vai inevitavelmente exaurir as empresas do sector.

Desde logo, os concursos, sem pré-qualificação das empresas, com preços base desajustados e por vezes com decisão exclusivamente com base no critério preço, são terreno fértil para a proliferação de uma miríade de concorrentes com pouca capacidade e que apenas contribuem para degradar o sector, uma vez que não têm conhecimento, nem capacidade económica e financeira, para desenvolver os serviços que contratam. Vários casos existem em que os contratos de projeto se prolongam ou não se concluem por esta razão. Por outro lado, a forma como os projetos são conduzidos pelas equipas do cliente, associando rigidez absoluta na gestão contratual a incapacidades evidentes nos processos de tomada de decisão, processos a que não serão alheias as responsabilizações individuais que atualmente são regra no funcionalismo público, e que, por excessivas, em muito prejudicam a operacionalidade, tudo isto, gera que seja atualmente impossível desenvolver um projeto de forma economicamente equilibrada. Pergunta-se se é razoável que, numa altura em que o país tem enormes programas de investimento em ferrovia, as empresas imprescindíveis ao seu sucesso sejam tratadas de tal modo que muitas das maiores equacionem deixar de apresentar propostas aos concursos públicos que se avizinham.

Se no projeto as consequências são graves, já na fiscalização tenderão a ser calamitosas. Contratar serviços de fiscalização pelo preço mais baixo, sem avaliação técnica de propostas, sem revisão de preços, numa altura em que se sabe que o mercado não tem

Para a situação em que estamos contribuem muito as práticas de gestão pública econométrica e de visão tesoureira imediatista que a empresa pública Infraestruturas de Portugal (IP) - que desde a fusão da Estradas de Portugal com a Refer se tornou quase um “mono cliente” para o sector da Engenharia e Construção - vem adotando

profissionais suficientes para a procura existente, é a receita certa para o desastre. Para mais, neste tipo de serviço, que infelizmente é tratado como se fosse uma atividade de “man-power” e não de engenharia, ficam bem visíveis as ações de “dumping”, pois muitas taxas de venda propostas são impossíveis de praticar para as categorias profissionais exigidas. Isto indicia práticas pouco éticas e economicamente pouco saudáveis que aumentam substancialmente o risco das empresas como sejam: (i) imaginativas composições salariais para reduzir custos (ii) taxas de venda calculadas para tempos de ocupação mais baixos que os exigidos na consulta (iii) aposta na falta de capacidade de controlo do cliente durante o contrato e na sua extrema dificuldade em o rescindir. Como a seleção com pré-qualificação é evitada pelos clientes, devido à “suposta” morosidade que impõe ao processo de contratação, e como a atividade de projeto e fiscalização de obras não é regulada, ao contrário, por exemplo, das empreitadas, é urgente proceder à qualificação das empresas em função das capacidades demonstradas e da sua dimensão, eventualmente através da reabilitação da qualificação da Marca de Qualidade LNEC, ainda que só para os processos de concurso nacionais. Mesmo que o objetivo não seja a obtenção da Marca e o LNEC não tenha funções de auditoria na obra, ou preferivelmente a tenha de modo menos intenso, quiçá de forma aleatória, passaríamos a ter algum controlo e avaliação que, eventualmente num futuro próximo, poderia ser estendida à atividade de projeto.

A APPC, que representa muitas empresas que trabalham diariamente em atividades de consultoria de arquitetura e engenharia, algumas há décadas, está profundamente preocupada com a situação descrita e está disponível para, em conjunto com as entidades públicas ou privadas, analisar a situação e avaliar que melhorias podem ser postas em prática. Estamos profundamente convictos de que se o estado das coisas não se alterar, dificilmente o País terá condições para levar a cabo os ambiciosos planos de investimento anunciados e que os atrasos a que já assistimos no passado recente se agravarão significativamente. **C**



Controlo de todo o
fluxo do projeto
estrutural **ao seu**
alcance

Software Tekla para a Indústria da Construção

Informações precisas e confiáveis, tão detalhadas quanto o preciso e sempre disponíveis, são necessárias para um fluxo de trabalho estrutural bem-sucedido. Com o software Tekla, o seu projeto construível permitirá um fabrico sem erros e uma construção bem-sucedida. Dê as boas-vindas a fluxos de trabalho produtivos e clientes satisfeitos.

Learn more at: www.construsoft.com

 **Tekla**[®]
A Trimble Solution